



Estratégia
Carreira Jurídica

2º SIMULADO

DPE PR

INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é focada no concurso da DPE-PR para Defensor Público.
- 2 – A prova contém **100 questões** cobrando assuntos do programa do edital do concurso.
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores, com base no perfil da banca organizadora do concurso.
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8:30 às 13:00** para responder às questões;
- 6 – O caderno de questões comentado estará disponível na área do aluno.

PREENCHA O GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-DPE-PR-04-07>

Cartão de Respostas									
1		21		41		61		81	
2		22		42		62		82	
3		23		43		63		83	
4		24		44		64		84	
5		25		45		65		85	
6		26		46		66		86	
7		27		47		67		87	
8		28		48		68		88	
9		29		49		69		89	
10		30		50		70		90	
11		31		51		71		91	
12		32		52		72		92	
13		33		53		73		93	
14		34		54		74		94	
15		35		55		75		95	
16		36		56		76		96	
17		37		57		77		97	
18		38		58		78		98	
19		39		59		79		99	
20		40		60		80		100	

PROVA OBJETIVA**DIREITO CONSTITUCIONAL****Marcos Gomes**

01. De acordo com o sistema constitucional de competências e o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, assinale a alternativa INCORRETA:

a) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde.

b) Por meio de uma interpretação sistemática da Constituição e realizando uma interpretação adequada dos dispositivos constitucionais, compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios legislar concorrentemente sobre defesa da saúde.

c) Caberá a União, no âmbito da legislação concorrente, estabelecer normas gerais.

d) Estabelecida a normativa geral, os Estados terão competência suplementar sobre a matéria. Porém, inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

e) Caso exista apenas lei estadual regulamentando determinada matéria, na forma do art. 24, §4º, da Constituição, a superveniência de lei federal sobre normas gerais acerca do tema irá revogar a lei estadual no que lhe for contrário.

02. Acerca dos critérios para definição de normas gerais, nota-se a existência de uma divergência doutrinária e jurisprudencial. De acordo com parte da doutrina, assinale a alternativa INCORRETA sobre as normas gerais:

a) estabelecem princípios, diretrizes e regras jurídicas gerais;

b) não poderá estabelecer pormenores, detalhes, esgotando o assunto;

c) devem ser regras nacionais, as quais poderão ser aplicáveis aos entes públicos de maneira uniforme;

d) são aplicáveis diretamente, não precisando se referir a questões fundamentais;

e) devem ser uniformes para questões homogêneas.

03. Sobre o crime de desacato, analise as afirmativas abaixo, de acordo com recente posicionamento do Supremo Tribunal Federal, para ao final responder:

I – Restou fixada a tese de que foi recepcionada pela Constituição de 1988 a norma do artigo 331 do Código Penal, que tipifica o crime de desacato.

II – Os ministros decidiram que a tipificação do desacato viola os princípios constitucionais fundamentais da liberdade de expressão, da legalidade, da igualdade, do Estado Democrático de Direito e o princípio republicano.

III – De acordo com o STF, não há incompatibilidade entre o art. 331, do Código Penal e a Convenção Americana de Direitos Humanos.

IV – Conforme posicionamento do Tribunal, encampado pelo relator da ação judicial, o agente público, no exercício de sua função, está representando a administração pública, dando ensejo a um regime jurídico diferenciado de deveres e prerrogativas.

Após a leitura das afirmativas acima, destaque a(s) afirmativa(s) correta(s):

a) I, III e IV.

b) II.

c) I e IV.

d) I e III.

e) III e IV.

04. Acerca da classificação dos direitos fundamentais realizada por Jellinek, assinale a alternativa INCORRETA:

a) o status ativo está relacionado ao direito de os indivíduos influir na formação da vontade do Estado.

b) o status negativo está relacionado a ideia de abstenção, ou seja, a um espaço de liberdade dos indivíduos em relação as ingerências do Poder Público.

c) conforme o status passivo, os indivíduos possuiriam deveres para com o Estado.

d) de acordo com o status positivo, os indivíduos poderiam exigir uma prestação do Estado em determinadas situações.

e) de acordo com o status passivo, o Estado não deverá intervir na esfera de liberdade dos indivíduos.

05. De acordo com as características e titularidade dos direitos fundamentais, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Ao migrante é garantida no território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

b) De acordo com a característica da relatividade, os direitos fundamentais não são absolutos, podendo sofrer limitações, a exemplo do que ocorre com o direito à liberdade em face do direito à saúde durante a pandemia do covid19.

c) De acordo com a característica da universalidade, os direitos fundamentais se aplicam no mundo inteiro.

d) Conforme a característica da historicidade, os direitos Humanos se formam por meio do processo histórico, ao longo do tempo, por meio da convivência coletiva.

e) A característica da imprescritibilidade transmite a ideia de que a proteção dos fundamentais não prescreve com o passar do tempo.

06. Forte na ideia do neoconstitucionalismo, a Defensoria Pública possui importante função na tutela dos direitos humanos, como expressão e instrumento do regime democrático. Sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA:

a) o fator histórico do neoconstitucionalismo é a primeira guerra mundial.

b) o marco filosófico refere-se ao positivismo jurídico.

c) de acordo com o novo marco teórico, a Constituição é somente um documento político, sem força para vincular a sociedade.

d) Com o neoconstitucionalismo, nota-se uma rematerialização constitucional, com alterações significativas na teoria da norma, na expansão da jurisdição constitucional, na interpretação e nas fontes do Direito.

e) Acerca do neoconstitucionalismo, o doutrinador José Roberto Dromi destaca alguns valores que estão presentes nas Constituições: verdade, solidariedade, consenso, continuidade, participação, integração e universalização.

07. Sobre as disposições constitucionais, assinale a alternativa CORRETA:

a) A República Federativa do Brasil tem como fundamento a prevalência dos direitos humanos.

b) A República Federativa do Brasil, nas suas relações internacionais, rege-se pelo princípio da soberania.

c) Os direitos fundamentais à alimentação, à moradia e ao transporte não estavam na redação originária do art. 6º, da Constituição Federal.

d) Conforme expressamente estabelecido no art. 5º, §1º, CF, as normas definidoras dos direitos e garantias individuais têm aplicação imediata.

e) Os tratados e convenções internacionais que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

08. Acerca do Constitucionalismo no Brasil, assinale a afirmativa INCORRETA:

a) O Poder Moderador apenas foi previsto na Constituição de 1824.

b) A Constituição Federal de 1988 dispõe que as Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

c) De acordo com o texto constitucional de 1988, as Forças Armadas somente poderiam atuar, de forma excepcional, como Poder Moderador.

d) Dentro do Título V – Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas, temos capítulo inerente ao estado de defesa e de sítio, capítulo referente as forças armadas e um capítulo acerca da segurança pública.

e) Nos casos estabelecidos na Constituição Federal, o Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio.

09. Acerca da Classificação de José Afonso da Silva sobre as normas constitucionais, assinale a alternativa INCORRETA:

a) As normas constitucionais de eficácia plena possuem aplicabilidade direta, imediata e integral.

b) As normas de eficácia contida possuem aplicabilidade direta, imediata e possivelmente não integral.

c) As normas constitucionais de eficácia limitada não são auto-aplicáveis, possuindo aplicabilidade indireta (depende de uma outra vontade), mediata e reduzida.

d) As normas constitucionais de eficácia limitada de princípio institutivo ou organizatório dependem de lei para organizar ou dar estrutura a órgãos, entidades ou instituições.

e) As normas constitucionais de eficácia limitada de princípio programático estabelecem promessas constitucionais sem força normativa.

10. No que tange a matéria de Direitos Fundamentais, assinale a alternativa INCORRETA:

a) De acordo com a doutrina dominante, os direitos fundamentais devem ser plicados diretamente nas relações entre particulares, com fulcro no art. 5º, 1º, da Constituição Federal.

b) Hodiernamente, fala-se também na eficácia diagonal dos direitos fundamentais, existente na relação entre empregado e empregador.

c) O Supremo Tribunal Federal possui precedentes no sentido de que os direitos fundamentais são aplicados também na relação entre privados.

d) De acordo com o Supremo Tribunal Federal, para que seja possível restrições em concurso público, deve-se analisar a previsão legal e no edital, bem como a ideia de razoabilidade, decorrente da natureza das atribuições.

e) De acordo com o Supremo Tribunal Federal, em nenhuma hipótese podemos ter restrições em concurso público em razão de tatuagem, uma vez que a referida restrição violaria os princípios constitucionais da igualdade, da dignidade da pessoa humana, da liberdade de expressão, da proporcionalidade e do livre acesso aos cargos públicos.

11. No que tange ao Sistema Constitucional de Crises, assinale a alternativa CORRETA:

a) Na decretação do Estado de Sítio, diferentemente do Estado de Defesa, não existe a necessidade de observância do princípio da temporariedade.

b) Para a decretação do Estado de Defesa, será necessária prévia autorização do Congresso Nacional.

c) Tendo em vista a gravidade do Estado de Sítio, o posicionamento dos órgãos de consulta será vinculante para a tomada de decisão do Presidente da República.

d) Decretado o Estado de Defesa, a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a dez dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário.

e) Cessado o estado de defesa ou o estado de sítio, cessarão também seus efeitos. Tendo em vista a situação de excepcionalidade, os agentes e seus executores não poderão ser posteriormente responsabilizados pelos seus atos.

12. No que tange ao tema meio ambiente e Constituição, assinale a alternativa INCORRETA:

a) a partir do efeito *backlash* de decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações

culturais, conforme o § 1º do art. 215 desta Constituição Federal, registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, devendo ser regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos.

b) A Constituição assegura expressamente direitos fundamentais aos animais não-humanos.

c) A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional.

d) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

e) São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

DIREITOS HUMANOS

Lúcia Reinert

13. Em relação a Teoria Geral dos Direitos Humanos aplicada à sua previsão no plano internacional, considere as assertivas abaixo:

I- O princípio da proibição do retrocesso tem aplicação vinculada ao campo dos direitos econômicos, sociais e culturais não se relacionando aos direitos civis e políticos, os quais se realizam de maneira imediata e independem de atuação do Estado.

II- Entre a norma da Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH) que garante o duplo grau de jurisdição no âmbito criminal (art. 8º, 2, "h") e a que restringe esse direito (CPP, art. 594), vale a de maior amplitude, qual seja a CADH.

III- O movimento de proteção a grupos vulneráveis no campo do direito internacional dos direitos humanos justificou a opção pelo princípio da especialidade para solucionar conflitos entre normas de diferentes tratados de direitos humanos, ficando o princípio da primazia da

norma mais favorável como regente dos conflitos com normas nacionais.

a) Todas estão corretas

b) Nenhuma está correta

c) Apenas II está correta.

d) Apenas I e II estão corretas.

e) Apenas II e III estão corretas.

14. Assinale a alternativa incorreta, após a leitura do seguinte trecho:

“O princípio da proibição do retrocesso social pode formular-se assim: o núcleo essencial dos direitos sociais já realizado e efetivado através de medidas legislativas deve considerar-se constitucionalmente garantido, sendo inconstitucionais quaisquer medidas que, sem a criação de esquemas alternativos ou compensatórios, se traduzam na prática em uma anulação, revogação ou aniquilação pura e simples desse núcleo essencial. A liberdade do legislador tem como limite o núcleo essencial já realizado (CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição, Livraria Almedina, Coimbra, 1998)

a) O princípio da vedação do retrocesso se aplica tanto aos direitos sociais e econômicos quanto aos direitos individuais e políticos

b) É vedada a regressividade dos direitos ou a “proibição do retrocesso”, de forma que as garantias alcançadas não podem retroagir em caráter desfavorável a pessoa humana.

c) Na promoção, proteção e efetivação de direitos, deve se buscar sempre a melhor eficácia possível e não a interpretação que reduza ou minimize a efetivação de direitos.

d) Os direitos humanos caracterizam-se pela existência da proibição do retrocesso, também chamado de “efeito cliquet”, princípio do não retorno da concretização ou proibição da evolução reacionária.

e) No Brasil, a proibição do retrocesso é fruto de alguns dispositivos constitucionais, entre eles: 1) Estado democrático de Direito (art.1º,caput) e 2) dignidade da pessoa humana (art.1º,III).

15. De acordo com a Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH), não são legitimados para solicitar uma opinião consultiva de interpretação:

- a) A Assembleia Geral da OEA
- b) A Comissão Jurídica Interamericana
- c) Os Estados- membros da OEA (independentemente de terem ratificado a CADH)
- d) A Comissão Interamericana de Direitos Humanos
- e) Os indivíduos

16. De acordo com o posicionamento do Supremo Tribunal Federal sobre a hierarquia dos tratados internacionais de direitos humanos, consideram-se como tratados de hierarquia constitucional:

- a) Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e Juventude – Regras de Beijing.
- b) Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas.
- c) Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado
- d) Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para ter Acesso ao Texto Impresso
- e) Convenção Interamericana sobre o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Conexas de Intolerância e Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu respectivo Protocolo Facultativo – Convenção de Nova Iorque.

17. Em relação a prisão civil do depositário infiel, assinale a alternativa incorreta:

- a) A Convenção Americana de Direitos Humanos, tem o condão de paralisar a eficácia jurídica de toda e qualquer disciplina normativa infraconstitucional com ela conflitante.
- b) Diante da supremacia da Constituição Federal de 1988, sobre os atos normativos internacionais, a previsão constitucional da prisão civil do depositário infiel (art. 5º, LXVII) não foi revogada,

mas deixou de ter aplicabilidade diante do efeito paralisante desses tratados em relação à legislação infraconstitucional que disciplina a matéria.

c) Desde a adesão do Brasil, no ano de 1992, ao PIDCP (art. 11) e à CADH — Pacto de São José da Costa Rica (art. 7º, 7), não há base legal para aplicação da parte final do art. 5º, LXVII, da CF/88, ou seja, para a prisão civil do depositário infiel.

d) É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade de depósito.

e) É inconstitucional a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade de depósito.

18. Em relação ao Sistema Interamericano de proteção dos Direitos Humanos, assinale a alternativa incorreta:

a) A competência da Corte IDH para emitir opiniões consultivas (ou pareceres consultivos) está prevista nos artigos 64 e 65 da CADH e nos artigos 70 a 75 do seu Regulamento.

b) A competência consultiva pode ser considerada um serviço que a Corte presta a todos os Estados-membros da OEA com o objetivo de coadjuvar o cumprimento de seus compromissos internacionais sobre direitos humanos.

c) O propósito central da função consultiva é obter uma interpretação judicial sobre uma ou várias disposições da Convenção ou de outros tratados concernentes à proteção dos direitos humanos nos Estados americanos, cumprindo as opiniões consultivas, portanto, a função própria de um controle de convencionalidade preventivo.

d) A Corte IDH ressaltou que a CADH, ao permitir aos Estados-membros e aos órgãos da OEA solicitar opiniões consultivas, cria um sistema paralelo ao do art. 62 e oferece um método judicial alternativo de caráter consultivo, destinado a ajudar os Estados e órgãos a cumprir e aplicar os tratados em matéria de direitos humanos, sem submetê-los ao formalismo e ao sistema de sanções que caracteriza o processo contencioso.

e) A amplitude da competência consultiva da Corte IDH é ilimitada.

19. Em relação ao procedimento consultivo e as opiniões consultivas da Corte IDH, assinale a alternativa incorreta.

- a) O pedido de opinião consultiva à Corte IDH pode ter como objeto a interpretação da Convenção Americana ou de outros tratados concernentes à proteção dos direitos humanos nos Estados americanos, o que é chamado de “opinião consultiva de interpretação”.
- b) O pedido de opinião consultiva à Corte IDH pode ter como objeto o exame de compatibilidade entre qualquer lei interna e os mencionados instrumentos internacionais, o que é chamado de “opinião consultiva de compatibilidade”.
- c) O procedimento contencioso trata-se de uma competência facultativa, ativada mediante pedido expresso com a ratificação pelo Estado nos termos da Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH).
- d) No procedimento consultivo não há partes, nem tampouco sanções, mas apenas a emissão de uma opinião consultiva.
- e) O procedimento contencioso trata-se de uma competência obrigatória, ativada automaticamente com a ratificação pelo Estado nos termos da Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH).

20. Em relação ao Estatuto de Roma, assinale a alternativa incorreta:

- a) O preâmbulo do Estatuto de Roma realça o vínculo entre o direito penal e a proteção de direitos humanos por meio do combate à impunidade e, conseqüentemente, evitando novas violações.
- b) É um tribunal independente da ONU (diferente dos tribunais ad hoc da ex—Iugoslávia e Ruanda, criados pelo Conselho de Segurança da ONU)
- c) São 18 juízes que compõem o tribunal, eleitos pelos Estados Partes para um mandato de nove anos (podem ser reeleitos, como regra).
- d) O Tribunal tem personalidade jurídica internacional, com sede em Haia (Holanda), possuindo igualmente capacidade

jurídica necessária ao desempenho das suas funções e cumprimento dos seus objetivos.

- e) A jurisdição do TPI de acordo com a matéria (rationemateriae) restringe-se aos crimes de jus cogens, que consistem em crimes que ofendem valores da comunidade internacional.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Lúcia Reinert

21. Em relação ao direito à educação de crianças e adolescentes assinale a alternativa correta:

- a) A educação escolar compreende apenas a Educação básica que se divide em três etapas: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.
- b) A educação básica é direito subjetivo, gratuita, sendo obrigatória a partir dos 3 anos de idade.
- c) A educação básica é direito subjetivo, gratuita, sendo razoável a distância de 2km ou mais, independentemente de concessão de transporte.
- d) O ensino superior não compreende a educação escolar.
- e) A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

22. Em relação ao Direito à Educação, assinale a alternativa correta, em relação a jurisprudência do STJ e STF.

- a) O juízo competente para a propositura de ações relacionadas à oferta do direito à educação a crianças e adolescentes não é a Vara da Infância e Juventude local e sim a Vara da Fazenda Pública
- b) No julgamento da ADC 17 e da ADPF 292, o STF decidiu que a idade de 4 anos para a educação infantil e a de 6 anos para o ensino fundamental devem ser atingidas até o dia 31 de março do respectivo ano.
- c) A previsão legal de acesso à educação em unidade próxima a de sua residência não se trata de um direito da criança e sim um poder-dever do

Poder Público, podendo, portanto, tal disposição ser invocada pelo Município para, compulsoriamente, transferir uma criança de unidade escolar.

d) É dever dos pais matricular as crianças/adolescentes na rede regular de ensino, inclusive sob pena de responsabilização criminal por abandono de incapazes.

e) O STF, por unanimidade, decidiu que o ensino domiciliar (Homeschooling) é incompatível com a Constituição Federal de 1988.

23. Em relação ao Direito ao Trabalho de Crianças e adolescentes, a jurisprudência do STJ e STF, assinale a alternativa correta, inclusive com fundamento nas Convenções da OIT sobre o trabalho infantil:

a) De acordo com a Convenção 138 da OIT, a idade mínima não poderá ser, inferior à idade de conclusão da escolaridade compulsória ou, em qualquer hipótese, não inferior a quinze anos.

b) Salvo o trabalho doméstico, o tráfico de entorpecentes e o trabalho de mecânico são considerados pela Convenção umas das piores formas de trabalho infantil.

c) A lei nº 6.533/78 (que disciplina o trabalho dos artistas) é omissa sobre a prática ou trabalho artístico realizado por crianças e adolescentes, sendo que o ECA admite a possibilidade de crianças e adolescentes participarem de atividades artísticas, mediante processo judicial, assegurado ampla defesa e contraditório.

d) De acordo com o STJ, não se contabiliza período exercido como jovem aprendiz para fins previdenciários

e) Compete a Justiça Estadual e não a Justiça do Trabalho autorizar trabalho artístico de crianças e adolescentes.

24. Uma criança de 5 anos de idade foi localizada pelo Conselho Tutelar em absoluto estado de desnutrição e abandono. A menina estava sozinha, pois a mãe havia saído para trabalhar, eis que estava desempregada. Essa situação foi relatada ao Promotor de Justiça da comarca. O Promotor, por sua vez, ingressou com uma

representação civil por infração administrativa, afirmando que a mãe teria praticado a conduta descrito no artigo 249 do ECA. Diante do contexto, assinale a alternativa correta:

a) A hipossuficiência financeira ou a vulnerabilidade familiar são suficientes, por si só, para afastar a multa prevista no art. 249 do ECA, eis que os genitores não possuem condições de arcar com a multa cominada de 3 a 20 salários mínimos.

b) Por serem infrações administrativas, elas são apuradas por meio de procedimento conduzido no Conselho Tutelar mais próximo da residência da criança e/ou adolescente.

c) A Defensoria Pública, que fez a assistência jurídica da mãe, alegou, que não se deve aplicar a multa pecuniária, tendo em vista que ficou comprovado que esta família vive em situação de extrema hipossuficiência financeira e vulnerabilidade familiar. Assim, de nada adiantaria a aplicação da sanção. O juiz, por sua vez, fundamentando em entendimento recente do STJ dispensou a multa pecuniária, exclusivamente em virtude de questão financeira.

d) A multa deverá ser sempre excluída em caso de hipossuficiência financeira ou vulnerabilidade familiar.

e) A situação econômica não deve ser o parâmetro determinante para eventual exclusão da multa, devendo-se analisar principalmente se a medida aplicada servirá efetivamente para prevenir e inibir a repetição das condutas censuradas

25. Em relação a internação de adolescente gestante ou com filho em amamentação, assinale a alternativa correta, conforme entendimento atualizado do STJ:

a) De acordo com decisão recente do STJ, não há impeditivo legal para a internação de adolescente gestante ou com filho em amamentação, desde que seja garantida atenção integral à saúde do adolescente, além de asseguradas as condições necessárias para que a adolescente submetida à execução de medida socioeducativa de privação de liberdade permaneça com o seu filho durante o período de amamentação.

b) Com base no Direito Penal Juvenil e tendo em vista que o Código de Processo Penal assegura às rés grávidas o direito à prisão domiciliar, o STJ entendeu que uma adolescente não pode receber tratamento mais gravoso que uma pessoa adulta e, que, portanto a internação de meninas grávidas seria ilegal.

c) O Código de Processo Penal autoriza a substituição da prisão preventiva pela domiciliar, em qualquer hipótese, quando mulheres gestantes, com base na Lei da Primeira Infância.

d) Para o STJ é ilegal a internação de adolescente gestante ou com o filho em amamentação, com base na Lei da Primeira Infância.

e) De acordo com o STJ, todas as meninas grávidas e internadas devem ser postas em liberdade, independentemente da gravidade do ato infracional, eis que a convivência familiar deve ser respeitada e mantida fora das unidades de fundação casa.

26. De acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta:

a) O STF reconheceu na ADI 3446/DF que é possível a apreensão de crianças e adolescentes para averiguação, ou por motivo de perambulação, desde que determinada por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária.

b) De acordo com o STJ, emissora de TV pode ser condenada ao pagamento de indenização por danos morais coletivos em razão da exibição de filme fora do horário recomendado pelo Ministério da Justiça.

c) A existência de vínculo familiar ou de parentesco constitui requisito para a legitimidade ativa do interessado na requisição da medida de perda ou suspensão do poder familiar, conforme entendimento atualizado do STJ.

d) Para o STJ, os requisitos previstos no ECA em relação a adoção são obrigatórios e não se admite a flexibilização com fulcro no princípio da proteção integral.

e) De acordo com o STJ, a contagem dos prazos nos ritos regulados pelo ECA ocorre em dias úteis.

27. Em relação ao entendimento do STJ, assinale a alternativa correta em relação a superveniência da maioridade penal:

a) A superveniência da maioridade penal não interfere na apuração de ato infracional nem na aplicabilidade de medida socioeducativa em curso, inclusive na liberdade assistida, enquanto não atingida a idade de 21 anos.

b) A superveniência da maioridade penal interfere na apuração de ato infracional nem na aplicabilidade de medida socioeducativa em curso, inclusive na liberdade assistida, enquanto não atingida a idade de 21 anos.

c) A superveniência da maioridade penal não interfere na apuração de ato infracional mas interfere na aplicabilidade de medida socioeducativa em curso, inclusive na liberdade assistida, enquanto não atingida a idade de 21 anos.

d) A superveniência da maioridade penal não interfere na apuração de ato infracional nem na aplicabilidade de medida socioeducativa em curso, exceto na liberdade assistida, enquanto não atingida a idade de 21 anos

e) A superveniência da maioridade penal não interfere na apuração de ato infracional nem na aplicabilidade de medida socioeducativa em curso, inclusive na liberdade assistida, enquanto não atingida a idade de 18 anos

28. De acordo com o STJ, assinale a alternativa incorreta:

a) A prescrição penal é aplicável nas medidas sócio-educativas.

b) É dispensável a oitiva do menor infrator antes de decretar-se a regressão de medida socioeducativa.

c) Em caso de discordância parcial quanto aos termos da remissão, não pode o juiz modificar os termos da proposta do Ministério Público no ato da homologação, para fins de excluir medida em meio aberto cumulada com o perdão.

d) O fato do adolescente estar cumprindo medida socioeducativa longe da família não viola o artigo 49 do ECA.

e) No procedimento para aplicação de medida socioeducativa é nula a desistência de outras provas em face da confissão do adolescente.

DIREITO PENAL

Michael Procópio

29. Assinale a alternativa INCORRETA sobre o crime de desacato, na visão do STF:

- a) É imprescindível um menosprezo da própria função pública exercida pelo agente.
- b) É necessário que o ato perturbe ou obstrua a execução das funções do funcionário público.
- c) São atípicas reclamações, censuras ou críticas, ainda que veementes, à atuação funcional do funcionário.
- d) Não é necessário que seja praticado na presença do funcionário público.
- e) Não abrange ofensas por meio de imprensa ou redes sociais.

30. Assinale a alternativa correta sobre a criminalização da homotransfobia:

- a) No julgamento da criminalização, o STF se reportou expressamente ao caso Elwanger, no qual a Corte havia entendido que racismo era um processo de discriminação étnico-genético, com fatores políticos e sociais de separação das pessoas em grupos.
- b) O STF consignou que, por se tratar de interpretação do que é racismo, não há que se falar em incidência do princípio da anterioridade.
- c) No caso de condenação, em razão dos termos da Lei 7.716/1989, a perda do cargo público é automática.
- d) As condutas homofóbicas e transfóbicas, reais ou supostas, que envolvem aversão odiosa à orientação sexual ou à identidade de gênero de alguém, por traduzirem expressões de racismo, compreendido este em sua dimensão social, ajustam-se, por identidade de razão e mediante adequação típica, aos preceitos primários de incriminação definidos na Lei nº 7.716, de 08/01/1989.

e) O STF não mencionou expressamente a limitação ou não da liberdade religiosa, o que causou insegurança jurídica de grupos religiosos sobre o tema.

31. Julgue os itens a seguir:

I – A culpabilidade exige a consciência da ilicitude, seja atual, seja ao menos potencial. Para a análise da consciência da ilicitude, não se exige o conhecimento técnico pelo agente. Basta, portanto, a chamada valoração paralela na esfera do profano.

II- O tipo penal do crime de induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento, previsto no artigo 236 do Código Penal, é classificado como norma penal em branco imprópria ou homogênea heterovitelina.

III - Paulo Rogério, querendo se apropriar de uma grande quantidade que Maria Argento recebeu em espécie, chama-a para um encontro logo após saber que ela estava com o dinheiro na bolsa. Maria Argento, que era declaradamente apaixonada por Paulo Rogério, aceita o convite. No bar, ele aplica um sonífero na bebida da moça e, quando ela adormece, subtrai todo o valor. Paulo Rogério cometeu furto mediante fraude.

Neste caso, está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I.
- d) I e III.
- e) II.

32. O Ministro Schietti Cruz, em julgamento de recurso especial de um homem denunciado por matar a esposa estrangulada após uma festa, fez as seguintes considerações:

"Embora seja livre a tribuna e desimpedido o uso de argumentos defensivos, surpreende saber que ainda se postula, em pleno ano de 2019, a absolvição sumária de quem retira a vida da companheira por, supostamente, ter sua honra ferida pelo comportamento da vítima. Em um país que registrou, em 2018, a quantidade de 1.206 mulheres vítimas de feminicídio, soa no mínimo

anacrônico alguém ainda sustentar a possibilidade de que se mate uma mulher em nome da honra do seu consorte"

Assinale a alternativa que corresponde ao enquadramento correto a ser dado à tese rejeitada pelo Ministro:

- a) Erro de tipo.
- b) Erro de tipo permissivo.
- c) Erro de proibição.
- d) Erro de proibição indireto.
- e) Inexigibilidade de conduta diversa.

33. Sobre os crimes contra a Fé Pública e a Administração Pública, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A punição de atos preparatórios no Código Penal Brasileiro é excepcional, só possível quando há tipificação de referidos atos em tipo penal autônomo.
- b) A advogada que instrui a testemunha a dar testemunho falso deve responder pelo crime de falso testemunho, muito embora se trate de crime de mão própria.
- c) A esposa de um preso, contando com a conivência do Diretor do Presídio, ingressa na unidade prisional, no dia de visitas, com um aparelho celular e o entrega ao marido, que está preso, cumprindo pena em razão de condenação definitiva. O Diretor do Presídio cometeu o crime de prevaricação imprópria (CP, art. 319-A) e a esposa do preso cometeu o delito chamado pela doutrina de favorecimento real impróprio (CP, art. 349-A). Se ficar demonstrado que o preso induziu a esposa a levar o celular, também responderá pelo crime de favorecimento real impróprio (CP, art. 349-A), na modalidade de participação.
- d) O autor que, preso em flagrante delito pela prática do crime de roubo, atribui-se falsa identidade perante a autoridade policial, a fim de ocultar seus maus antecedentes, ou mesmo a fim de se eximir de eventual responsabilidade penal, comete crime de falsa identidade (CP, art. 307), ainda que alegue ter agido em situação de autodefesa, sendo este o entendimento dominante dos Tribunais Superiores.

e) O particular que paga a vantagem indevida a um policial que o abordou em uma blitz, atendendo solicitação do próprio policial, comete o crime de corrupção ativa, enquanto o policial o de corrupção passiva.

34. Analise as seguintes assertivas sobre o concurso de crimes e continuidade delitiva:

I – Com relação às velocidades do direito penal, a segunda se relaciona com a flexibilização de direitos e garantias individuais contrabalanceada com penas mais brandas, como as restritivas de direitos.

II – João, de vinte e dois anos de idade, com o propósito de ferir Bernardo, seu desafeto, agrediu-o com socos no abdome, lesionando-o significativamente. Durante a agressão, João decidiu matar Eduardo; com o emprego de uma barra de ferro, ele golpeou a cabeça de Eduardo, que, em virtude dos ferimentos provocados por esse instrumento, veio a falecer ainda no local do fato. João deve responder pela lesão e pelo homicídio, em concurso material.

III – De acordo com o finalismo defendido por Hans Welzel, o dolo é natural; sendo que a imputabilidade, a potencial consciência da ilicitude e a exigibilidade de conduta diversa são os elementos da culpabilidade.

IV – Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, bem como o momento em que ocorrido o resultado.

Está(ão) correta(s) a(s) seguinte(s) assertiva(s):

- a) I, II e III.
- b) II e IV.
- c) I e IV.
- d) I e III.
- e) III e IV.

35. Assinale a alternativa INCORRETA sobre a posição jurisprudencial do STF:

a) É concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do ministério público, condicionada à representação do ofendido, para a ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções.

b) A prescrição da ação penal regula-se pela pena concretizada na sentença, quando não há recurso da acusação.

c) Comprovado não ter havido fraude, não se configura o crime de emissão de cheque sem fundos.

d) O acórdão que confirma a condenação não interrompe a prescrição. Só a interrompe aquele que reforma sentença absolutória.

e) Há crime de latrocínio, quando o homicídio se consuma, ainda que não realize o agente a subtração de bens da vítima.

Criminologia

Beatriz Pestilli

36. Podemos considerar que o pensamento criminológico moderno é influenciado por dois sistemas de pensamento, um funcionalista e outro argumentativo, representados pela Teoria da Subcultura Delincente e pela Teoria do Etiquetamento, respectivamente. Tais sistemas são:

- a) Escola Positiva e Escola Clássica
- b) Teorias de Consenso e Teorias de Dissenso
- c) Teorias de Guerra e Teorias de Luta
- d) Teorias de Consenso e Teorias de Conflito
- e) Escola Dedutiva e Escola Indutiva

37. O sociólogo Emile Durkheim foi o inspirador de uma teoria criminológica que compreende a importância do controle e da observância das normas de conduta social, explicando de que forma a adaptação social pode influenciar o comportamento criminoso. Podemos concluir que o texto se refere ao seguinte modelo de pensamento:

- a) Escola de Chicago
- b) Teoria da Desorganização Social
- c) Teoria Crítica
- d) Teoria da Subcultura Delincente
- e) Teoria da Anomia

38. A Escola de Chicago abrange um conjunto de pensamentos a respeito do aumento do fenômeno criminal nos centros urbanos, em que a resposta estatal prioriza a ação preventiva à atuação estatal repressiva. Em relação às teorias vinculadas a esta idéia, assinale a alternativa incorreta.

a) A Escola de Chicago se contrapõe diametralmente aos pensamentos da Teoria Ecológica e da Teoria das Janelas Quebradas.

b) A Teoria Espacial explica que modelos adequados de construção e criação de barreiras reais ou simbólicas podem desestimular a prática criminosa.

c) A Escola de Chicago se baseou no estudo da sociologia das grandes cidades, com o intuito de comprovar o aumento da criminalidade nas áreas industrializadas.

d) A Teoria Ecológica explica que a desordem social fomenta o crime, especialmente em decorrência da falta de controle informal nos centros urbanos.

e) A Escola de Chicago originou a Teoria da Desorganização Social, a Teoria Espacial e a Teoria das Janelas Quebradas.

39. Sobre a teoria proposta pelo sociólogo Edwin Sutherland, podemos concluir que:

a) A teoria de Sutherland é conhecida como Subcultura Delincente e considera a importância dos grupos culturais, cujos comportamentos são alheios aos impostos pela sociedade, como fator gerador da criminalidade.

b) A teoria de Sutherland é conhecida como Associação Diferencial e desconsidera o processo de interação social na aprendizagem do comportamento desviante.

c) A teoria de Sutherland é conhecida como Associação Diferencial e considera que o processo de interação social acarreta na aprendizagem de diversos comportamentos, dentre eles o comportamento desviante.

d) A teoria de Sutherland considera que os crimes de colarinho azul, correspondentes aos crimes tributários ou contra a ordem econômica praticados por criminosos oriundos das elites

sociais, são uma espécie de cifra negra da criminalidade.

e) A teoria de Sutherland é conhecida como Identificação Diferencial e considera que a conduta delitiva seria aprendida por um processo interno de identificação.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Leonardo Tavares

40. A respeito das provas é correto afirmar que

a) o entendimento dominante na jurisprudência dos tribunais superiores é de ilegalidade da prova obtida por serendipidade.

b) não será necessária a realização do exame de corpo de delito quando o acusado houver confessado a prática do crime.

c) o juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, repetíveis e antecipadas.

d) o ônus da prova é caracterizado pelo encargo que pesa sobre as partes de buscar as fontes de prova e a regra de julgamento a ser aplicada pelo julgador.

e) o direito processual penal brasileiro adotou o sistema de valoração da prova chamado sistema da prova tarifada, prova legal ou verdade formal.

41. Sobre a competência no processo penal, considere:

I - Adota-se como regra a competência determinada pela consumação do crime, de modo que, caso sejam diferentes os locais da ação ou omissão e o do resultado, o julgamento deverá ocorrer no foro em que ocorreu o resultado.

II - A competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela constituição estadual.

III - São relativas as competências em razão da pessoa ou da função.

IV - Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.

Está correto o que se afirma em:

a) II, apenas.

b) I e II.

c) III e IV.

d) I, II, III e IV.

e) I, II e IV.

42. Sobre os recursos, é correto afirmar:

a) a data da entrega dos autos na repartição administrativa da Defensoria Pública é o termo inicial da contagem do prazo para impugnação de decisão judicial pela instituição, salvo a intimação realizada no ato de audiência.

b) a apresentação extemporânea das razões impede o conhecimento do recurso de apelação tempestivamente interposto.

c) admite-se o agravamento da situação do acusado quando interposto recurso exclusivamente pela defesa, após anulação da sentença e nova condenação em sede de recurso de apelação.

d) caberá recurso em sentido estrito contra a decisão que julgar procedente a exceção de suspeição.

e) em regra, os recursos podem ser interpostos apenas pelo Ministério Público, pelo querelante ou pelo réu, seu defensor ou procurador.

43. De acordo com o princípio da instrumentalidade das formas,

a) os atos processuais devem observância às prescrições legais e ao modelo legal estabelecido para a sua realização.

b) nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa.

c) as formas de realização dos atos processuais não são um fim em si mesmas, sendo avaliadas de acordo com a sua finalidade.

d) o defeito na prática de um determinado ato se estende e contamina a outros atos subsequentes e que dele dependam ou resultem.

e) as formas legais para realização dos atos processuais devem ser observadas quando isso for possível.

44. A respeito da revisão criminal, é INCORRETO afirmar:

a) pode ser fundamentada no arrolamento de novas testemunhas.

b) poderá ser reiterado o pedido de revisão se fundado em novas provas.

c) não é meio adequado para reapreciação de teses já afastadas por ocasião da condenação definitiva.

d) o seu julgamento prejudica a análise de *habeas corpus* anteriormente impetrado.

e) será admitida quando a sentença condenatória for contrária à evidência dos autos.

45. Sobre as nulidades no processo penal, é correto afirmar:

a) as nulidades surgidas no curso da investigação preliminar normalmente atingem a ação penal dela decorrente.

b) as nulidades verificadas no curso da instrução criminal devem ser arguidas até a apresentação das alegações finais.

c) a falta de intimação da parte sobre sentença recorrível não acarreta nulidade, mas enseja a reabertura do prazo para o prejudicado.

d) a falta de intimação das testemunhas arroladas constitui nulidade absoluta, podendo ser arguida a qualquer tempo.

e) segundo o STJ, constitui nulidade a ausência de intimação para apresentação de defesa preliminar pelo réu funcionário público, mesmo em ação instruída por inquérito policial.

46. A respeito do procedimento relativo aos processos da competência do tribunal do júri, é correto afirmar:

a) o julgamento não será adiado se a testemunha deixar de comparecer, salvo se uma das partes tiver requerido a sua intimação por mandado, declarando não prescindir do depoimento e indicando a sua localização.

b) não é possível a revisão criminal de decisão proferida pelo Tribunal do Júri, em razão da soberania dos vereditos.

c) o juiz deverá impronunciar o acusado se provado cabalmente não ser ele autor ou partícipe do fato.

d) se houver indícios de autoria ou de participação de outras pessoas não incluídas na acusação, nada poderá ser feito, na medida em que se trata de crime doloso contra a vida.

e) deverá o acusado ser absolvido sumariamente quando inexistentes indícios suficientes de autoria e participação.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Ivan Marques

47. A Lei de Identificação Criminal sofreu impactos da Lei 13.964, de 2019. Dentre as principais alterações, pode-se destacar a possibilidade de exclusão dos perfis genéticos dos bancos de dados Multibiométrico. Assinale a alternativa CORRETA que contém hipótese expressa dessa exclusão:

a) no caso de condenação do acusado, automaticamente, após decorridos 5 (cinco) anos do cumprimento da pena.

b) no caso de condenação do acusado, mediante requerimento, após decorridos 10 (dez) anos do cumprimento da pena.

c) no caso de condenação do acusado, automaticamente, após decorridos 15 (quinze) anos do cumprimento da pena.

d) no caso de condenação do acusado, mediante requerimento, após decorridos 20 (vinte) anos do cumprimento da pena.

e) no caso de absolvição imprópria do acusado, mediante requerimento, após decorridos 30 (trinta) anos do cumprimento da pena.

48. Os Tribunais de Justiça e os Tribunais Regionais Federais poderão instalar, nas comarcas sedes de Circunscrição ou Seção Judiciária, mediante resolução, Varas Criminais Colegiadas com competência para o processo e julgamento:

- a) do crime de custear organização paramilitar com a finalidade de praticar qualquer crime do Código Penal.
- b) do crime de lavagem de bens ou capitais.
- c) do crime de tráfico internacional de armas.
- d) do crime de tráfico internacional de drogas.
- e) do crime de tráfico internacional de órgãos humanos.

49. Qual das alternativas abaixo não apresenta os aspectos a serem analisados pelo magistrado no termo com as declarações do colaborador:

- a) adequação dos resultados da colaboração aos resultados mínimos exigidos.
- b) a espontaneidade na manifestação da vontade em colaborar, especialmente nos casos em que o colaborador está ou esteve sob efeito de medidas cautelares.
- c) a regularidade do que foi pactuado.
- d) verificar se alguma cláusula viola o critério de definição do regime inicial de cumprimento de pena.
- e) a legalidade do que foi pactuado.

50. Pedro, empresário, ao efetuar uma venda direta para um consumidor, deixa de lhe entregar o termo de garantia adequadamente preenchido. Ciente de que estamos vivendo uma Pandemia (ocasião de calamidade), marque a alternativa correta a respeito da conduta de Pedro:

- a) Não praticou nenhum crime expresso no Código de Defesa do Consumidor.
- b) Praticou crime expresso no Código de Defesa do Consumidor e deverá responder na forma simples do delito, sem majorantes ou agravantes.
- c) Praticou crime expresso na Lei dos Crimes contra as relações de consumo (Lei 8.137/90).
- d) Praticou o crime de epidemia (art. 267 do Código Penal).

e) Praticou crime expresso no Código de Defesa do Consumidor e deverá responder acompanhado de circunstância agravante.

51. Qual das alternativas abaixo não se apresenta como um dos requisitos taxativos para o reconhecimento do crime de tráfico de drogas sob a modalidade privilegiada:

- a) não estar sendo processado por outro delito.
- b) não se dedicar a atividades criminosas.
- c) não possuir maus antecedentes.
- d) não integrar organização criminosa.
- e) não ser reincidente.

52. 99. Nos termos da Lei Maria da Penha, indique a alternativa que contém trecho diverso da literalidade da lei:

- a) a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.
- b) a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.
- c) a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades, desde que praticados mediante violência ou grave ameaça.
- d) a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante

ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

e) a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal.

EXECUÇÃO PENAL

Ivan Marques

53. No tocante à progressão de regime, qual das frações abaixo continua presente na Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84):

- a) 1/6 (um sexto).
- b) 3/5 (três quintos).
- c) 1/8 (um oitavo).
- d) 2/5 (dois quintos).
- e) 2/3 (dois terços).

54. De acordo com a Lei de Execução Penal, caso seja verificada a exigência de que o sentenciado cumpra pena além dos exatos limites fixados no acórdão condenatório com trânsito em julgado, deverá ser instaurado:

- a) incidente de conversão da pena.
- b) incidente administrativo.
- c) incidente de indulto individual.
- d) incidente de excesso ou desvio de execução.
- e) incidente de chamamento da execução.

55. Os condenados que cumprem pena em regime semiaberto não poderão obter saída temporária do estabelecimento no seguinte caso:

- a) visita à família;
- b) frequência a curso supletivo profissionalizante, na Comarca do Juízo da Execução.
- c) frequência a curso de instrução do 2º grau ou superior, na Comarca do Juízo da Execução.

d) falecimento ou doença grave do cônjuge, companheira, ascendente, descendente ou irmão.

e) participação em atividades que concorram para o retorno ao convívio social.

56. Nos termos da Lei 7.210/84, integra o centro de competência do magistrado que atua na fase de Execução Penal:

a) diligenciar a obtenção de recursos materiais e humanos para melhor assistência ao preso ou internado, em harmonia com a direção do estabelecimento.

b) aplicar aos casos julgados lei posterior que de qualquer modo favorecer o condenado.

c) colaborar na fiscalização do cumprimento das condições da suspensão e do livramento condicional.

d) fiscalizar a regularidade formal das guias de recolhimento e de internamento.

e) contribuir na elaboração de planos nacionais de desenvolvimento, sugerindo as metas e prioridades da política criminal e penitenciária.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

57. Acerca da posse, julgue os itens que se seguem:

Afim de que seja caracterizada a posse de boa-fé, é imprescindível que o possuidor:

I - aja com ânimo de dono e sem oposição.

II - tenha adquirido a posse de quem se encontrava na posse de fato.

III - ignore o vício impedor da aquisição do bem.

IV - apresente documento escrito de compra e venda.

Está correto o que se apresenta apenas em:

a) I.

b) II.

c) III.

d) I e III.

e) nenhuma das afirmativas.

2º Simulado – DPE-PR 04/07/20

58. No dia 20/06/05, Paulo colidiu com o veículo de sua esposa, Rebeca, ao sair da garagem da casa em que eles moravam. Rebeca, então, despendeu cerca de R\$ 5.000,00 para o conserto de seu carro - custo que arcou sem a ajuda de seu marido. Em 01/07/19, o casal se divorciou e Rebeca pretende intentar ação judicial em face de Paulo, a fim de recuperar o valor despendido no conserto do carro, uma vez que o casamento todo foi amparado pelo regime de separação total de bens.

Sobre prescrição, neste caso, assinale a afirmativa correta.

- a) Flui a prescrição a partir do dia 01/07/19, pois durante o casamento, o prazo prescricional estava suspenso.
- b) A prescrição da pretensão ocorreu em 20/06/08.
- c) A prescrição estava impedida de correr durante o casamento, pelo que o prazo passa a ser contado a partir de 01/07/19.
- d) Por se tratar de uma dívida líquida, o prazo para sua cobrança se encerrou em 20/06/10.
- e) Rebeca pode intentar ação judicial para a reparação dos danos até 01/07/24.

59. Letícia, youtuber profissional, passeava pelo centro de Campinas quando, repentinamente, foi atingida por um vaso de flores em sua testa, que caiu de uma das janelas do Condomínio Guaratuba.

O golpe deixou uma cicatriz irreversível no rosto de Letícia, que perdeu inúmeros contratos profissionais.

Sobre a responsabilidade civil no caso concreto é correto afirmar que:

- a) por ser responsabilidade subjetiva, não imputa culpa ao Condomínio pelos danos causados por unidade autônoma.
- b) impossível a cumulação, no caso concreto, de danos morais e danos estéticos.
- c) não poderá o condomínio ser responsabilizado, pois o nexa causal é afastado por fato de terceiro.

d) ante a impossibilidade de identificar o autor do ato, o condomínio deverá responder pelo dano causado.

e) ainda que se identifique, posteriormente, a unidade autônoma que produziu o dano, inexistente direito de regresso.

60. Considerando as disposições do Código Civil, assinale a afirmativa incorreta.

a) O promitente comprador, titular de direito real, pode exigir do promitente vendedor, a outorga da escritura definitiva de compra e venda, e, se houver recusa, requerer ao juiz a adjudicação do imóvel.

b) O pagamento de uma ou mais prestações da dívida, em regra, não importa exoneração correspondente da garantia, ainda que esta compreenda vários bens.

c) A dívida considera-se vencida se o devedor cair em insolvência ou falir.

d) É nula a cláusula que autoriza o credor pignoratício, anticrético ou hipotecário a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga no vencimento acordado.

e) Para que seja válido e eficaz, o compromisso de compra e venda de bem imóvel deverá revestir a forma pública.

61. Nathália foi vítima de esbulho possessório de um terreno no interior de Goiás, de sua propriedade, perpetrado por Maurício, através de invasão clandestina.

Tendo o bem sob seu poder, Maurício alienou onerosamente a posse para Bruna que, ao encontrar-se na posse do terreno, cuidou de edificar um imóvel para utilizá-lo como moradia.

Diante da situação apresentada, assinale a afirmativa correta.

a) Nathália pode intentar ação de reintegração de posse ou indenizatória em face de Bruna, que recebeu a coisa esbulhada sabendo que o era.

b) A onerosidade da alienação inviabiliza o pleito de reintegração na posse em face de Bruna.

c) Nathália somente tem direito a propor ação indenizatória em face de Maurício.

2º Simulado – DPE-PR 04/07/20

d) Em se tratando de aquisição clandestina da posse, Nathália poderá se valer do desforço pessoal, desde que o realize imediatamente ao momento em que tome conhecimento do esbulho.

e) Nathália tem direito a reintegrar-se na posse do imóvel, independente da boa fé de Bruna.

62. Acerca do instituto da ausência, julgue os itens que se seguem:

I - Na falta de descendente, a curadoria dos bens do ausente incumbe ao cônjuge ou aos pais não havendo impedimento que os iniba de exercer o cargo.

II - Dez anos depois de passada em julgado a sentença que concede a abertura da sucessão provisória, poderão os interessados requerer a sucessão definitiva e o levantamento das cauções prestadas.

III - Pode-se requerer a sucessão definitiva, provando-se que o ausente conta oitenta anos de idade, e que de cinco datam as últimas notícias dele.

De acordo com o Código Civil Brasileiro está correto o que se afirma APENAS em

a) I e II.

b) II.

c) II e III.

d) III.

e) I e III.

63. Com relação ao direito dos contratos, analise as afirmativas a seguir.

I - Quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou contraditórias, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao aderente.

II - A herança de pessoa viva poderá ser objeto de contrato, desde que uma das partes seja um herdeiro necessário.

III - É anulável a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido.

Está correto o que consta de:

a) I, apenas.

b) III, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

64. Acerca dos entendimentos consolidados no direito civil, assinale a alternativa incorreta.

a) Nas pretensões decorrentes de doenças profissionais ou de caráter progressivo, o cômputo da prescrição iniciar-se-á somente a partir da ciência inequívoca da incapacidade do indivíduo, da origem e da natureza dos danos causados.

b) É de três anos o prazo prescricional para a pretensão indenizatória da seguradora contra o causador de dano ao segurado.

c) As partes podem pactuar garantias contratuais atípicas.

d) Desde que não haja forma exigida para a substância do contrato, admite-se que o distrato seja pactuado por forma livre.

e) É facultado à seguradora o pagamento de indenização do seguro diante de condutas, omissões ou declarações ambíguas do segurado que não guardem relação com o sinistro.

65. Sobre a teoria geral do Direito Civil, analise as afirmativas a seguir.

I - Em regra, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

II - Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-ão simultaneamente mortos.

III - Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até três anos após o término da guerra.

Está correto o que se afirma em

a) I.

- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I e III.
- e) III

66. Lucas e Letícia, pais de Renato e Renata, decidem presentear a filha, em seu aniversário de 18 anos, com um de seus apartamentos no litoral.

Assim, realizam a doação mediante escritura, sem a participação de Rubens, que ainda não é maior de idade.

Considerando que o apartamento importava na parte disponível da herança, esse contrato de doação:

- a) não surte efeito em relação a Renato, visto que dele não participou;
- b) é nulo, pois Renato deveria ter subscrito como interveniente anuente;
- c) é inexistente, pois viola o princípio da solidariedade familiar;
- d) deve ser ratificado por Renato para ganhar eficácia;
- e) é válido, ainda que não tenha contado com a anuência de Renato.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rodrigo Vaslin

67. Sobre a jurisdição, assinale a alternativa correta:

- a) A anistia e o indulto são exemplos do exercício do controle externo a que está sujeita a jurisdição.
- b) Nos procedimentos de jurisdição voluntária, há preponderância do princípio inquisitivo.
- c) Nos procedimentos de jurisdição voluntária, nunca há conflito de interesses qualificado por pretensão resistida.
- d) São procedimentos de jurisdição voluntária o pedido de emancipação, de alienação de bens em favor de crianças, órfãos e interditos e da conversão da separação em divórcio.
- e) A arbitragem não é exemplo de exercício de jurisdição.

68. Assinale a alternativa correta a respeito das teorias da ação:

- a) Para a teoria imanentista ou clássica, desenvolvida por Savigny, a ação estava conjunta com o direito material. Assim, o direito de ação era visto como o próprio direito material em movimento.
- b) Na teoria da ação como direito autônomo e concreto, desenvolvida por Wach, a ação era considerada um direito autônomo, de natureza pública e subjetiva. Assim, o direito de ação existiria sendo a sentença favorável ou desfavorável.
- c) Degenkolb e Plósz entendiam a ação como direito autônomo e abstrato, pois não se confundia com o direito material e se consubstanciaria no direito de obter um pronunciamento do Estado, independentemente da existência do direito material. Contudo, para o seu exercício, a parte deveria observar as condições da ação.
- d) Para a teoria eclética/mista, desenvolvida por Liebman, o direito de ação constitui o direito a um julgamento de mérito da causa (procedente ou improcedente), o qual, contudo, fica condicionado ao preenchimento das condições da ação. Para o autor, o preenchimento das condições da ação deveria ser verificado a partir da teoria da asserção.
- e) Para Chiovenda, a ação seria um direito autônomo, subjetivo e público.

69. De acordo com as regras transitórias de direito intertemporal estabelecidas no novo Código de Processo Civil,

- a) uma ação de nunciação de obra nova que ainda não tenha sido sentenciada pelo juízo de primeiro grau quando do início da vigência do Novo Código de Processo Civil, seguirá em conformidade com as disposições do Código de Processo Civil de 2015.
- b) após a entrada em vigor do CPC/15, o juiz deve intimar o executado para apresentar impugnação ao cumprimento de sentença, em 15 dias, ainda que sem depósito, penhora ou caução, caso tenha transcorrido o prazo para cumprimento espontâneo da obrigação na vigência do

CPC/1973 e não tenha àquele tempo garantido o juízo.

c) as disposições de direito probatório do novo Código de Processo Civil aplicam-se a todas as provas que forem produzidas a partir da data da vigência do novo diploma processual, independentemente da data em que a prova foi requerida ou determinada a sua produção de ofício.

d) caso uma ação tenha sido proposta durante a vigência do Código de Processo Civil de 1973 e sentenciada já sob a égide do novo Código de Processo Civil, resolvendo na sentença questão prejudicial cuja resolução dependa o julgamento do mérito expressa e incidentalmente, tal decisão terá força de lei e formará coisa julgada.

e) o novo Código de Processo Civil autoriza, sem ressalvas, a concessão de tutela provisória contra a Fazenda Pública, derogando tacitamente as normas que dispõem em sentido contrário.

70. Sobre a prova testemunhal, assinale a alternativa incorreta:

a) É lícito à parte contraditar a testemunha, arguindo-lhe a incapacidade, o impedimento ou a suspeição, bem como, caso a testemunha negue os fatos que lhe são imputados, provar a contradita com documentos ou com testemunhas, até 3 (três), apresentadas no ato e inquiridas em separado.

b) A intimação será feita pela via judicial quando a testemunha houver sido arrolada pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública.

c) Caso tenha sido determinada a produção de prova testemunhal, o juiz fixará prazo comum não superior a 10 (quinze) dias para que as partes apresentem rol de testemunhas.

d) As perguntas serão formuladas pelas partes diretamente à testemunha, começando pela que a arrolou, não admitindo o juiz aquelas que puderem induzir a resposta, não tiverem relação com as questões de fato objeto da atividade probatória ou importarem repetição de outra já respondida.

e) O juiz poderá inquirir a testemunha tanto antes quanto depois da inquirição feita pelas partes.

71. Analise os itens abaixo, a respeito da ação de exigir contas:

I. Além de observar os requisitos genéricos da petição inicial, o autor deverá especificar, detalhadamente, as razões pelas quais exige as contas, instruindo-a com documentos comprobatórios dessa necessidade, se existirem.

II. Cabe agravo de instrumento contra a decisão interlocutória que, na segunda fase da ação de prestação de contas, defere prova pericial.

III. O recurso cabível contra decisão que julga procedente, na primeira fase, a ação de exigir contas é a sentença.

Estão corretos os itens:

a) I e II

b) I e III

c) I

d) I, II, III

e) II e III

72. Analise as assertivas:

I. A tutela satisfativa destina-se a realizar concretamente o direito da parte.

II. Na tutela cautelar, objetiva-se simplesmente assegurar o provimento útil da demanda, a satisfação eventual e futura do direito da parte.

III. Em relação à espécie de crise jurídica que o demandante busca solucionar, a tutela de conhecimento busca solucionar dois tipos de crises: certeza e situação jurídica.

IV. A cognição pode ser analisada em duas direções: no sentido horizontal, quando a cognição pode ser plena ou parcial; e no sentido vertical, em que a cognição pode ser exauriente, sumária e superficial.

a) Todas são verdadeiras.

b) Apenas a alternativa I é verdadeira;

c) Apenas as alternativas I, II e IV são verdadeiras;

d) Apenas a II é falsa.

e) Apenas a III é verdadeira.

2º Simulado – DPE-PR 04/07/20

73. Assinale a alternativa correta a respeito da atuação da Defensoria Pública como curadora especial:

- a) O defensor deve apresentar impugnação específica dos fatos quando atuar nessa condição.
- b) No CPC de 2015, a curadoria especial é função institucional tanto da Defensoria Pública quanto do Ministério Público.
- c) Quando atua na condição de curadora especial, há possibilidade de apresentar reconvenção em favor do réu cujos interesses está defendendo.
- d) O recurso interposto pela Defensoria, na qualidade de curadora especial, precisa de preparo.
- e) As hipóteses de atuação do curador especial limitam-se à fase de conhecimento.

74. Maria ajuizou ação de execução em face de João. Citado, e sem que houvesse a garantia do juízo, o executado apresentou embargos à execução, nos próprios autos da ação executiva. Diante dessa situação, a conduta de João está:

- a) correta, pois não se exige garantia da execução para o oferecimento dos embargos e a sua defesa deve ser protocolada nos autos da ação principal.
- b) correta, já que não há disciplina legal sobre a necessidade de garantia do juízo nem sobre a forma de apresentação dos embargos.
- c) incorreta, já que os embargos à execução devem ser propostos em autos apartados. Contudo, como se trata de vício sanável, o juiz deverá conceder prazo para que a parte faça o desentranhamento dos embargos e promova a sua distribuição em autos apartados, por dependência.
- d) incorreta, já que o oferecimento dos embargos exige a garantia do juízo.
- e) nenhuma das respostas anteriores.

75. Assinale a alternativa correta a respeito da sentença:

- a) Com o novo Código de Processo Civil, não é necessária a manifestação das partes a respeito de fundamento utilizado pelo juiz em sentença, quando se tratar de matéria cognoscível de ofício.

b) O NCPC consagrou um conceito de sentença que leva em conta o conteúdo do pronunciamento judicial e os efeitos que esse pronunciamento gera.

c) Em ação de usucapião de bem imóvel, a sentença tem natureza declaratória e efeitos ex nunc.

d) A sentença de mérito, quando proferida sem a integração do contraditório, será ineficaz se a decisão deveria ser uniforme em relação a todos que deveriam ter integrado o processo

e) Não se pode aplicar a teoria da causa madura no julgamento de recurso de sentença sem fundamentação, devendo o processo retornar para o juízo de primeiro grau para prolação de nova decisão.

76. Sobre o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, assinale a alternativa correta:

a) Caberá a instauração de IRDR ainda que já encerrado o julgamento de mérito do recurso ou da ação originária e esteja pendente apenas julgamento de embargos de declaração.

b) O procedimento de distinção (distinguishing) não se aplica ao IRDR.

c) A suspensão dos processos pendentes somente pode ser determinada pelo órgão colegiado.

d) A inadmissão do incidente de resolução de demandas repetitivas por ausência de qualquer de seus pressupostos de admissibilidade impede nova suscitação do incidente pelo prazo de 1 (um) ano.

e) Não cabe recurso contra o acórdão que admite ou inadmite o IRDR.

DIREITO DIFUSOS E COLETIVOS

Lúcia Reinert

77. A lei 10.216/01, conhecida como lei antimanicomial ou lei de reforma psiquiátrica, é resultado de anos de intenso debate entre psicólogos, psiquiatras e outros órgãos multidisciplinares pelo movimento em prol da luta antimanicomial. Em relação a essa lei, assinale a alternativa incorreta:

2º Simulado – DPE-PR 04/07/20

a) Sua finalidade precípua é a reinserção social do paciente em seu meio, devendo a pessoa ser tratada em ambiente terapêutico pelos meios menos invasivos possíveis.

b) A internação, portanto, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes.

c) A internação voluntária ocorre quando há o consentimento do usuário enquanto que a internação involuntária é aquela determinada pela Justiça

d) Independentemente da modalidade de internação para que a mesma possa ser possível se faz necessária a elaboração prévia de laudo médico circunstanciado que caracterize os seus motivos.

e) É vedada a internação de pacientes portadores de transtornos mentais em instituições com características asilares, respeitando a vulnerabilidade de pessoas inseridas nesses estabelecimentos.

Em 02 de Agosto de 2020 será celebrado o 10º aniversário da Lei de Resíduos sólidos que dispôs sobre os princípios, objetivos e instrumentos indispensáveis para a gestão integrada e ao gerenciamento dos resíduos sólidos. Diante do exposto, responda a questão 78.

78. São princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos, exceto:

- a) A prevenção e a precaução
- b) o desenvolvimento sustentável
- c) a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos
- d) o direito da sociedade à informação e ao controle social
- e) a razoabilidade e a qualidade ambiental

79. À luz do § 2.º, do art. 182, da Constituição da República, a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas

no plano diretor. Diante do exposto, assinale a alternativa incorreta:

a) A ZEIS cuida-se de instrumento de regularização fundiária previsto no artigo no Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) e regulamentado, no âmbito municipal, pelo Plano Diretor Estratégico do Município.

b) A Concessão de uso especial para fins de moradia tem matriz constitucional.

c) A concessão de direito real para fins de moradia foi incluída no rol de direitos reais, previsto no art. 1.225 do Código Civil. A despeito disso, o instituto é regulamentado pela Medida Provisória nº 2.200/2001 (modificada pela Lei n.º 13.465/2017).

d) A regularização fundiária, além de sustentada nos princípios de sustentabilidade econômica, social, ambiental e ordenação territorial (Lei 13.465/2017, art. 9.º, § 1.º), está voltada para a perseguição de alguns objetivos, entre eles o estímulo da resolução extrajudicial de conflitos.

e) A concessão de direitos reais, preferencialmente em nome de mulheres não é um dos objetivos da Regularização Fundiária Urbana, sob pena de violar a isonomia.

80. A Política Nacional para a População em Situação de Rua – PNPR, foi instituída pelo Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009 para assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as diversas políticas públicas. Diante do exposto, assinale a alternativa correta:

a) Considera-se população em situação de rua o grupo populacional homogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

b) considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a existência de

moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma exclusivamente permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

c) considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

d) considera-se população em situação de rua o grupo populacional homogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

e) Não há uma definição de população em situação de rua na Política Nacional para a população em situação de rua.

envio e de recebimento de dados entregues no mês.

c) É constitucional lei estadual que proíbe que as empresas concessionárias cobrem “taxa” de religação no caso de corte de fornecimento de energia por atraso no pagamento.

d) É inconstitucional lei municipal que estabelece que os supermercados e hipermercados do Município ficam obrigados a colocar à disposição dos consumidores pessoal suficiente no setor de caixas, de forma que a espera na fila para o atendimento seja de, no máximo, 15 minutos.

e) Tratando-se de norma de natureza de direito do consumidor do serviço de telecomunicações e havendo conflito entre a disciplina federal e a estadual, esta deve prevalecer, diante da natureza especial regional, afastando a competência da União.

82. Com relação à proteção à saúde e segurança do consumidor, é correto afirmar:

a) Sempre que tiverem conhecimento de periculosidade de produtos ou serviços à saúde ou segurança dos consumidores, os órgãos de proteção do consumidor deverão informá-los a respeito.

b) O fornecedor de produtos e serviços potencialmente nocivos ou perigosos à saúde ou segurança deverá informar, ainda que não ostensivamente, a respeito da sua nocividade ou periculosidade, sem prejuízo da adoção de outras medidas cabíveis em cada caso concreto.

c) Os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não acarretarão riscos à saúde ou segurança dos consumidores, mesmo que considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição, obrigando-se os fornecedores, em qualquer hipótese, a dar as informações necessárias e adequadas a seu respeito.

d) O fornecedor não poderá colocar no mercado de consumo produto ou serviço que sabe ou que deveria saber apresentar alto grau de nocividade ou periculosidade à saúde ou segurança.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Igor Maciel

81. Acerca da competência em matéria consumerista, é correto afirmar:

a) O Supremo Tribunal Federal, em várias ocasiões, já afirmou a inconstitucionalidade de normas estaduais e distritais que impunham obrigações às concessionárias de telefonia, por configurar ofensa à competência privativa da União para legislar sobre telecomunicações.

b) É inconstitucional lei estadual que obriga as prestadoras do serviço de Internet móvel e de banda larga a apresentar, na fatura mensal, gráficos informando a velocidade diária média de

e) O fornecedor de produtos e serviços que, posteriormente à sua introdução no mercado de consumo, tiver conhecimento da periculosidade que apresentem, deverá comunicar o fato imediatamente aos consumidores, mediante anúncios publicitários, e estes às autoridades públicas.

83. Em 10/05/2018, Miriam precisou ser submetida a uma cirurgia e enviou solicitação ao seu plano de saúde. Contudo, em 20/05/2018, o plano negou autorização do procedimento, alegando que não estava incluído na cobertura contratual. Com a ajuda da família e amigos, ela levantou o dinheiro e pagou R\$ 10 mil pela cirurgia. Após estar totalmente recuperada, Miriam procurou a Defensoria Pública, em 10/06/2020, desejando ingressar com uma ação de ressarcimento contra o plano de saúde. Nessa situação, é correto afirmar:

- a) a ação prescreveu em 10/08/2018.
- b) a ação prescreveu em 20/08/2018.
- c) a ação prescreverá em 20/05/2021.
- d) a ação prescreverá em 20/05/2023.
- e) a ação prescreverá em 20/11/2018.

84. Com relação à proteção contratual do consumidor, é correto afirmar:

- a) Os contratos que regulam as relações de consumo não obrigarão os consumidores, se não lhes for dada a oportunidade de tomar conhecimento prévio de seu conteúdo, salvo se os respectivos instrumentos forem redigidos de modo a dificultar a compreensão de seu sentido e alcance.
- b) As declarações de vontade constantes de escritos particulares, recibos e pré-contratos relativos às relações de consumo vinculam o fornecedor, não ensejando, contudo, execução específica.
- c) Se o consumidor exercitar o direito de arrependimento, os valores eventualmente pagos, a qualquer título, durante o prazo de reflexão,

serão devolvidos, no prazo de 7 dias, monetariamente atualizados.

d) A garantia contratual é complementar à legal e será conferida mediante termo escrito ou verbalmente.

e) O termo de garantia ou equivalente deve ser padronizado e esclarecer, de maneira adequada em que consiste a mesma garantia, bem como a forma, o prazo e o lugar em que pode ser exercitada e os ônus a cargo do consumidor, devendo ser-lhe entregue, devidamente preenchido pelo fornecedor, no ato do fornecimento, acompanhado de manual de instrução, de instalação e uso do produto em linguagem didática, com ilustrações.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Wagner Damázio

85. Acerca dos princípios, das fontes e dos critérios definidores do Direito Administrativo, julgue as assertivas a seguir:

I – É pacífico na doutrina que a súmula vinculante constitui uma fonte primária do Direito Administrativo, diante de seu critério cogente para o âmbito da Administração Pública e para o Poder Judiciário.

II – Os costumes não podem ser considerados fontes do Direito Administrativo, haja vista sua informalidade.

III – Ao se afirmar que a Administração Pública deve atuar conforme a lei e o Direito, mostra-se presente o princípio da juridicidade.

IV – O critério de classificação do Direito Administrativo segundo sua atividade não contenciosa é suficiente para bem caracterizá-lo, uma vez que a atividade administrativa não possui litigiosidade.

Estão corretas:

- a) I e II;
- b) II e IV;
- c) III;
- d) III e IV;
- e) II e III.

86. Determinado município pretende criar uma entidade da Administração Indireta para viabilizar a descentralização do serviço de coleta de lixo. Diante dessa informação, assinale a alternativa que se mostra adequada à situação:

- a) Pode ser criada uma sociedade de economia mista limitada, bastando a edição de lei para a existência da entidade.
- b) Pode ser criado um consórcio público entre o município e uma empresa interessada na prestação do serviço público.
- c) Pode ser criada uma empresa pública de personalidade jurídica de direito público, sendo necessário registro de seu ato constitutivo para que a entidade exista.
- d) Pode ser criada uma associação pública, com personalidade jurídica de direito privado.
- e) Pode ser criada uma autarquia, desde haja lei específica, sendo desnecessário o registro do ato constitutivo para a existência da entidade.

87. Sobre os atos administrativos, considere as assertivas abaixo:

I – O silêncio administrativo significa que houve a prática de um ato administrativo em que o Estado acolheu a pretensão solicitada pelo interessado.

II – A presunção de legitimidade dos atos administrativos autoriza sua execução imediata por parte do Poder Público.

III – Pareceres e certidões exemplificam a espécie de atos administrativos enunciativos.

IV – A edição de ato com efeito contrário a um ato anteriormente praticado ilustra um caso de caducidade, o que leva à extinção do ato administrativo.

Estão corretas:

- a) I e II;
- b) III e IV;
- c) II e III;
- d) I e III;
- e) II, III e IV.

88. Os poderes da Administração são instrumentos que o ordenamento jurídico coloca à disposição da função administrativa do Estado para a defesa do interesse público. Quanto a esses poderes-deveres instrumentais, assinale a alternativa incorreta:

- a) A ação punitiva do poder de polícia tem prazo prescricional de 5 anos, contados da prática do ato ou do dia em que a infração permanente ou continuada tiver cessado.
- b) O abuso de poder praticado por uma autoridade administrativa sempre corresponderá a um ato de abuso de autoridade.
- c) A aplicação de uma penalidade, seja no exercício do poder disciplinar ou com base no poder de polícia, sempre será um ato administrativo motivado.
- d) O poder hierárquico está intimamente relacionado à existência de uma estruturação interna da Administração Pública, não se aplicando na relação entre particulares e o Estado.
- e) É vedada a delegação de competência para a decisão de recurso administrativo.

89. Acerca das licitações administrativas, assinale a alternativa correta:

- a) Todas as modalidades licitatórias do ordenamento brasileiro estão previstas unicamente na Lei Federal nº 8.666/93 e na Lei Federal nº 10.520/02.
- b) A licitação para concessão de direito real de uso de bem público somente pode se dar na modalidade de concorrência.
- c) As propostas formuladas em um pregão não podem ser alteradas após o início da sessão pública da licitação.
- d) A licitação realizada no regime de registro de preços terá validade inicial de 12 meses, prorrogável por igual período.
- e) Na concorrência para a venda de bens imóveis, a fase de habilitação exige depósito prévio de 10% do valor do bem e a demonstração de regularidade fiscal e trabalhista.

90. Sobre a Defensoria Pública e sua relação com os remédios constitucionais existentes para o controle da Administração Pública, assinale a alternativa correta:

a) Segundo a Lei do Mandado de Segurança, a Defensoria Pública tem legitimidade para propor mandado de segurança coletivo em defesa dos hipossuficientes.

b) É papel institucional da Defensoria Pública a defesa judicial dos direitos e interesses das populações indígenas.

c) A Defensoria Pública acompanhará as ações populares propostas por pessoas hipossuficientes para a defesa do patrimônio público.

d) A Defensoria Pública possui legitimidade para propor ação civil pública a fim de combater danos à ordem urbanística.

e) Não é possível o ajuizamento de mandado de injunção coletivo pela Defensoria Pública.

91. À luz da Lei de Improbidade Administrativa, quais das condutas abaixo relacionadas importam enriquecimento ilícito?

I - facilitar ou concorrer por qualquer forma para a incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades públicas.

II - aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.

III - permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.

IV - utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer entidade pública.

a) II e IV;

b) I e III;

c) I e II;

d) III e IV;

e) II e III.

PRINCÍPIOS E ATRIBUIÇÕES DA DEFENSORIA DO ESTADO DO PARANÁ

Igor Maciel

92. Os Estados atuais, levando em consideração sua cultura e história local, adotaram caminhos diversos e desenvolveram modelos variados de prestação de assistência jurídica aos necessitados. Com relação aos modelos jurídicoassistenciais, é correto afirmar:

a) No modelo *pro bono* liberal, a assistência é prestada por profissionais vinculados a universidades particulares, através de escritórios modelos que oferecem aos estudantes a possibilidade de obter a prática jurídica necessária ao exercício da advocacia.

b) No modelo *judicare* indireto, os recursos públicos são administrados por organismos estatais, que mantêm o cadastro dos advogados habilitados para prestar o serviço e analisam os pedidos de assistência jurídica formulados pelos necessitados, pagando os profissionais pela atuação em cada caso concreto.

c) No Brasil, o art. 134 da Constituição Federal de 1988 adotou expressamente o modelo *judicare* direto, incumbindo a Defensoria Pública de realizar a assistência jurídica integral e gratuita dos necessitados.

d) No modelo *salaried staff model* direto, o poder público cria organismos estatais destinados à prestação direta dos serviços de assistência judiciária, contratando advogados que, neste caso, manterão vínculo funcional com o próprio ente público.

e) No modelo *pro bono* universitário, a assistência jurídica é prestada por advogados vinculados a associações não governamentais, visando garantir assistência jurídica aos necessitados.

93. De acordo com a Constituição do Estado do Paraná acerca da Defensoria Pública, é correto afirmar:

a) A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica integral e gratuita, a postulação e a defesa, em todas as instâncias, judicial e extrajudicial, dos direitos e dos interesses individuais e coletivos de todos os cidadãos, na forma da lei.

b) São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a inamovibilidade e a independência na função.

c) Lei complementar, observada a legislação federal, disporá sobre a organização, estrutura e funcionamento da Defensoria Pública, bem como sobre os direitos, deveres, prerrogativas, atribuições e carreiras de seus membros.

d) Compete ao Estado, em comum com a União, legislar sobre assistência jurídica e defensoria pública.

e) Ressalvado o disposto na Constituição, são de iniciativa privativa da Assembleia Legislativa as leis que disponham sobre organização da Defensoria Pública do Estado.

94. De acordo com a LC 136/2011, são funções institucionais da Defensoria Pública do Estado do Paraná na orientação jurídica e defesa dos necessitados, na forma do artigo 5º, inciso LXXIV da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, exceto:

a) promover, prioritariamente, a solução extrajudicial dos litígios, visando à composição entre as pessoas em conflito de interesses, por meio de mediação, conciliação, arbitragem e demais técnicas de composição e administração de conflitos.

b) promover a difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico.

c) exercer, mediante o recebimento dos autos com vista, a ampla defesa e o contraditório em favor de pessoas naturais e jurídicas, em processos administrativos e judiciais, perante

todos os órgãos e em todas as instâncias, ordinárias ou extraordinárias, utilizando todas as medidas capazes de propiciar a adequada e efetiva defesa de seus interesses.

d) promover ação civil pública e todas as espécies de ações capazes de propiciar a adequada tutela dos direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos independentemente da demanda beneficiar ou não grupo de pessoas hipossuficientes.

e) representar aos sistemas internacionais de proteção dos Direitos Humanos, postulando perante seus órgãos.

95. É órgão de atuação da Defensoria Pública do Estado do Paraná:

a) a Defensoria Pública-Geral do Estado;

b) a Subdefensoria Pública-Geral do Estado.

c) os Defensores Públicos do Estado.

d) a Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado.

e) as Defensorias Públicas do Estado do Paraná.

FILOSOFIA DO DIREITO E SOCIOLOGIA JURÍDICA

Jean Vilbert

96. Herbert Lionel Adolphus Hart (1907-1992) nasceu em Londres, Inglaterra, e se tornou professor da Universidade de Oxford. Percebendo que o positivismo jurídico tinha alguns buracos, mas acreditando na força de sua cientificidade, ele buscou suprir as lacunas existentes e adequar o modelo a um país de *common law* (com o direito consuetudinário e os precedentes judiciais com força de lei). No caminho, tornou-se um dos jusfilósofos mais destacados do século XX. No que se refere ao seu conceito de textura aberta, é CORRETO afirmar:

a) A linguagem objetiva empregada pelo direito torna sua interpretação certa na quase totalidade dos casos.

2º Simulado – DPE-PR 04/07/20

b) A “penumbra de dúvida” se refere especificamente aos *hard cases* (casos difíceis).

c) Os métodos de interpretação são suficientes a resolver as incertezas derivadas da linguagem, afinal, esta é sua função.

d) Textura aberta é o nome que se dá à abertura de significados possíveis dentro do texto que servirá de base para o juiz na aplicação do direito.

e) A “penumbra de dúvida” refere-se não à linguagem dos textos, mas à margem de dúvida comum na aplicação do direito pelos operadores.

97. Immanuel Kant (1724-1804), filósofo prussiano, é considerado um dos maiores nomes da filosofia moderna. Quanto a seu pensamento, é CORRETO afirmar:

a) Uma vontade boa determina-se a si mesma, independentemente de qualquer causalidade empírica.

b) A razão prática liga-se ao pragmatismo, deslocando-se de reflexões éticas e morais.

c) O núcleo do pensamento kantiano sobre certo e errado pauta-se no resultado obtido com a ação, ligando-se a elementos circunstanciais.

d) O imperativo categórico impõe de formal geral que apenas as ações que puderem ser individualizadas podem ser consideradas corretas do ponto de vista moral.

e) A busca da felicidade é o elemento central da dignidade humana e, portanto, da moralidade.

98. Quanto à “formação” da sociedade é CORRETO afirmar:

a) Para John Locke o “homem é o lobo do homem”.

b) Para Jean-Jacques Rousseau a propriedade é um dos direitos naturais mais importantes.

c) Na visão de Thomas Hobbes, é inviável imaginar que os homens, ao instituir a sociedade, iriam conceder ao legislador um poder arbitrário sobre suas ações, vidas, liberdade e posses.

d) John Locke plantou as sementes da ideia de tripartição das funções estatais.

e) Pelo entendimento de Jean-Jacques Rousseau diante da impossibilidade de se harmonizar força e liberdade, deve-se dar preferência a uma delas.

99. Émile Durkheim (1858-1917) assenta que o crime é um fenômeno normal das sociedades humanas, e não uma anomalia. Uma sociedade sem criminalidade é uma utopia inatingível. O pensador chega a deixar implícito que as sociedades precisam do crime em virtude das funções positivas da criminalidade. Sobre essa noção, é INCORRETO afirmar:

a) O crime realiza a reafirmação de fronteiras sociais, com a confirmação de valores.

b) Uma boa sociedade tem de ter uma taxa elevada de criminalidade.

c) A coesão social pode ser despertada por um crime.

d) Como sinal de alerta, o crime é indicativo de certos problemas sociais.

e) Condutas desviantes do padrão, como certos crimes, têm um fator de progresso social.

100. Quanto à opinião pública é CORRETO afirmar:

a) Opinião pública e publicada são sinônimos.

b) As liberdades de expressão, imprensa e associação não se encontram ligadas por uma condição necessária à opinião pública.

c) A opinião pública é normalmente perene.

d) A mídia apenas expõe opiniões sociais, mas não as constrói.

e) Opinião pública qualificada é aquela na qual os indivíduos têm acesso a informação adequada e suficiente.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-DPE-PR-04-07>

Conheça nosso sistema de questões!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!



CONFIRA: [CURSO PARA DPE-PR](#)